

REQUERIMENTO Nº DE 2017 – CE

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater o tema “Universidade: Escada para Ascensão Social ou Alavanca para o Progresso Nacional?”, com a presença dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Educação;
- Simon Schwartzman – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS);
- Célio da Cunha – Professor da Universidade Católica de Brasília;
- Isaac Roitman – Professor emérito da Universidade de Brasília;
- Joao Francisco Regis de Moraes – Professor titular aposentado da Universidade Estadual de Campinas;
- Benedito Guimarães Aguiar Neto – Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB);
- Emmanuel Zagury Tourinho - Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES.



JUSTIFICAÇÃO

A universidade pública cumpre papel fundamental para o desenvolvimento e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao mesmo tempo é um forte instrumento para a promoção social daqueles que fazem seus cursos. Em contrapartida aos recursos que recebem do contribuinte, espera-se que nela sejam produzidos novos conhecimentos para ajudar a resolver problemas da sociedade. Desta forma, a universidade é uma “escada de ascensão social” para o indivíduo e “alavanca para promoção do progresso da nação”.

Mas a universidade brasileira tem sido vista, sobretudo, como uma escada social para seus alunos, sem uma preocupação maior em ser uma alavanca para o progresso do país e da humanidade. Esta pode ser uma das causas pelas quais há uma forte desconfiança da sociedade em desviar recursos de outras prioridades para financiar as universidades.

A universidade vem cometendo o pecado de não refletir e se manifestar sobre o fato de que gratuidade não é grátis, esquecendo que os recursos que recebe são retirados de alguma outra prioridade. Confunde ser público – servir ao público – com ser estatal – pertencer ao Estado. Quando não vê suas universidades entre as melhores do mundo nem percebe a contribuição delas para o progresso, o povo se sente no direito de perguntar por que tirar dinheiro dos aposentados, dos pobres, da saúde, da infraestrutura, para colocar em suas universidades.

Para ser gratuito, o curso universitário pode ser escada social, mas também deve ser alavanca para progresso socioeconômico. A justificativa para a gratuidade deve ser o interesse nacional, não a renda pessoal ou familiar do estudante. Não há razão para uma família rica ter de pagar os estudos de um filho se ele quer ser cientista para ajudar a conhecer o mundo



e até encontrar a cura para doenças; ou se quer ser médico para atender à saúde pública; ser filósofo, historiador, matemático ou artista, para enriquecer o mundo culturalmente.

Quando há limites de recursos públicos, a sociedade não deveria pagar por cursos que servem apenas como escada social, sem a característica de serem também alavanca do progresso. Mesmo que a carreira seja apenas do interesse privado, o Estado não tem o direito de impedir uma pessoa de seguir o curso para o qual tem vocação, mas não deve ter obrigação de financiar este curso com recursos públicos que devem atender a outras prioridades, como a educação de base.

O Brasil precisa das universidades públicas, mas elas precisam estar sintonizadas com o tempo e com a nação.

Diante do exposto e pela relevância do assunto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, em

CRISTOVAM BUARQUE
Senador

